

PAULO
RANGEL

INVESTIGAÇÃO
CRIMINAL
DIRETA PELO
MINISTÉRIO
PÚBLICO
VISÃO CRÍTICA

4ª EDIÇÃO
REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA DE ACORDO
COM A DECISÃO DO STF

atlas

Resumo de Investigação Criminal Direta Pelo Ministério Público. Visão Crítica

Este tema tem como escopo a análise constitucional dos poderes persecutórios diretos do Ministério Público no âmbito criminal, sem perder de vista as normas infraconstitucionais violadoras de direitos fundamentais que, não obstante estarem vigentes, perderam a validade e, por consequência, a eficácia.

O livro está organizado em nove capítulos, sendo o último dedicado à conclusão. Depois da apresentação dos textos introdutórios, o Capítulo I aborda a origem dos poderes conferidos ao MP e sua gênese, mostrando o Poder Constituinte e a sua diferença do poder constituído.

A proposta do Capítulo II é a compreensão do que venha a ser o Estado Constitucional Democrático de Direito, e o III trata dos direitos e garantias individuais à luz da teoria do garantismo penal.

O Capítulo IV estuda os princípios constitucionais do Processo Penal relativos à investigação criminal direta pelo MP. As origens do MP e seu verdadeiro papel no direito comparado é o mote do Capítulo V, que faz uma in cursão no direito brasileiro.

O tema seguinte são as funções institucionais penais do Ministério Público, previstas na Constituição, apresentadas no Capítulo VI. O Capítulo VII se ocupa de examinar os sistemas processuais penais, onde trata, principalmente, do papel desenvolvido pelo MP nos diversos sistemas existentes até hoje.

O Capítulo VIII trata do poder investigatório do MP à luz da doutrina e da jurisprudência nacionais.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)